

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.027 - SP (2020/0029888-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : SPE OLIMPIA Q27 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A**  
**ADVOGADO : CLÁUDIO RODARTE CAMOZZI - GO018727**  
**AGRAVADO : FRANCIELE DAIANE DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : EDUARDO LUIZ NUNES - SP250408**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **SPE OLÍMPIA Q27 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 273, e-STJ):

COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE BEM IMÓVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. RESTITUIÇÃO. 1.- Cerceamento de defesa e negativa de prestação jurisdicional. Demanda calcada em questões de conteúdo jurídico. Desnecessária dilação probatória. Observância do disposto no art. 355, I, do CPC. Embargos de declaração rejeitados de forma adequada. Inexistentes vícios a autorizarem o manejo da insurgência. Inconformismo, quanto ao mérito, que reclama a interposição do recurso de apelação. 2.- Desfazimento do vínculo contratual. Restituição parcelada. Medida indevida. Tema decidido em sede de recurso repetitivo, pelo C. STJ, com vinculação do Tribunal a essa orientação (REsp n. 1.300.418/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/11/2013, DJe 10/12/2013). 3.- Multa por embargos protelatórios. Condenação os recorrentes ao pagamento da penalidade. Levantamento necessário. Simples manejo de recurso previsto em lei, sem desabrido intuito procrastinatório. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (fls. 279-288, e-STJ), a recorrente alega ofensa aos artigos 7º, 139, I, 369, 373, II, 442 e 464 do CPC/15; 2º, 3º e 6º, *caput* e § 2º, da LINDB; 104, 157, § 2º, 421 e 422 do Código Civil.

Sustenta, em síntese: **a)** cerceamento de defesa, sob o argumento de ter sido impedida de produzir prova pericial e oral; **b)** validade da cláusula contratual que estabelece a restituição dos valores de forma parcelada;

Contrarrazões às fls. 293-296, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 297-300, e-STJ), a Corte de origem negou seguimento ao recurso especial, no tocante à tese de validade da cláusula contratual que dispõe sobre a restituição dos valores de forma parcelada, em razão do Recurso Especial 1.300.418/SC - Tema 577, e não o admitiu em relação às demais questões.

Daí do agravo do artigo 1042 do CPC/15 (fls. 303-312, e-STJ), em que a recorrente limita-se a impugnar o óbice aplicado pela decisão agravada em relação à tese de cerceamento de defesa.

Contraminuta às fls. 315-320, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A insurgente aponta violação aos artigos 7º, 139, I, 369, 373, II, 442 e 464 do CPC/15; 2º, 3º e 6º, *caput* e § 2º, da LINDB, sustentando cerceamento de defesa, sob o argumento de ter sido impedida de produzir prova pericial e oral.

Por simples leitura das razões do recurso, conclui-se que a recorrente não logrou demonstrar em que consistiria a afronta ou a negativa de vigência decorrentes do acórdão *a quo*, posto que cingiu-se em citar os dispositivos, sem estabelecer relação de seu teor com a matéria decidida e os pontos de verificação da alegada discrepância.

No intuito de ratificar os fundamentos supracitados, vale transcrever o excerto da petição que tratou sobre o tema (fls. 282-285, e-STJ):

A consequência da supressão da prova é a contrariedade aos arts. 369, 373, II, 442 e 464 cc. 7º e 139, I; do CPC/2015, e arts. 2º, 3º e 6º, "caput" e §2º da LINDB, o que desde já requer seja reconhecido pelo C. STJ.

(...)

Assim, torna-se necessário conhecer do presente recurso especial e provê-lo para reconhecer a contrariedade aos arts. 369, 373, II, 442 e 464 cc. 7º e 139, I; do CPC/2015, e arts. 2º, 3º e 6º, "caput" e §2º da LINDB, revogando o acórdão para determinar que seja oportunizada a produção das provas requeridas pela recorrente.

Sendo o recurso especial de fundamentação vinculada, cabe à parte atrelar sua argumentação à violação do direito objetivo ou à divergência jurisprudencial, sob pena de incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, como ocorreu na espécie.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Com efeito, a alegação de ofensa à lei federal pressupõe a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, de maneira a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal.

Portanto, a simples alusão a dispositivo, desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal, não se mostra suficiente para o conhecimento do recurso especial. Incide, no ponto, o disposto na Súmula 284/STF, que se aplica por analogia. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSE DE AGIR REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SUMULAS N. 5

E 7 DO STJ. PERCENTUAL DE RETENÇÃO. RESCISÃO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA. [...] 4. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

[...] 9. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1202430/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA À SÚMULA. NÃO CABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO

DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. 1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3 do STJ). 2. Nos termos da Súmula 518 do STJ, inviável o conhecimento de eventual contrariedade à súmula, que, para os fins do art. 105, III, "a", da Constituição Federal, não se enquadra no conceito de lei federal. 3. Há manifesta ausência de prequestionamento, a atrair a aplicação da Súmula 211 do STJ, quando os conteúdos dos preceitos legais tido por violados não são examinados na origem, mesmo após opostos embargos de declaração. 4. Segundo o entendimento desta Corte de Justiça, para se reconhecer o prequestionamento ficto de que trata o art. 1.025 do CPC/2015, na via do especial, impõe-se ao recorrente a indicação de contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, o que não ocorreu.

5. A mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência. Incidência da Súmula 284 do STF. 6. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.747.905/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14.10.2019, DJe 17.10.2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL ALEGADAMENTE VIOLADOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DA VIOLAÇÃO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. INCIDÊNCIA. 1. A mera citação de dispositivos de lei federal tidos por violados, desacompanhada de fundamentação clara e objetiva acerca de como teria ocorrido a violação pelo acórdão recorrido, evidencia a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.512.936/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05.12.2019, DJe 13.12.2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATOS BANCÁRIOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VÍCIO DE JULGAMENTO ULTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973. ARGUMENTOS

GENÉRICOS. INCIDÊNCIA. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DE LEI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. (...) 7. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1040688/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17.10.17, DJe 26.10.17)

Inafastável, portanto, a incidência do teor da Súmula 284/STF, aplicável por analogia.

2. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator